



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021

Data: 05/05/21 - Quarta-feira

Horário: 14h:40 às 18:30 min

Local: Realizada por videoconferência por meio do aplicativo Zoom Meeting.

1. Aprovação da memória da 2ª Reunião Extraordinária de 2021;
2. Realização de Requerimento direcionado à CGDF e a SES sobre e-mail recebido, com representação da empresa NUTROMI – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral LTDA, discutido em última reunião;
3. Lei n. 983/2020 de Criação do Parque Ecológico Mangueiral e preservação do perímetro de segurança dos presídios;
4. Informações sobre convite feito ao Sr. Secretário de Economia;
5. Avisos Gerais.

Reunião presidida: Cícero Roberto de Melo – Agenda 21, presidente do CTCS, Cícero Roberto de Melo, e **coordenada** por Loyane Corrêa Martins – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

Ouvintes:

Ana Luiza Noronha

Marcus Vinicius

André Clemente Lara de Oliveira - Secretário De Estado de Economia

Vania Nascimento de Castro - Assessora Especial da Assessoria Jurídico Legislativa da SEEC

Cordélia Cerqueira Ribeiro - Assessora Especial da Assessoria Jurídico Legislativa da SEEC



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCs

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		03/03/2021	
1	Associação Brasiliense Imprensa - ABI	de	Titular	Carlos Augusto Santos Assumpção	P
			Suplente	Wanderval Calaça de Mendonça	-
2	Agenda 21		Titular	Cícero Roberto de Melo	P
			Suplente	José Ferreira Simões	-
3	Conselho Regional de Economia do DF - CORECON		Titular	Jucemar José Imperatori	P
			Suplente	Maria Cristina de Araújo	-
4	Conselho Regional de Contabilidade - CRC		Titular	Bruno Chaves da Silva	P
			Suplente	Paulo César de Melo Mendes	-
5	DF em Movimento		Titular	Guilherme Alves Carvalho	P
			Suplente	-	-
6	Federação da Agricultura do DF - FAPE		Titular	Sandra Moreira Padilha Vitoriano	F
			Suplente		-
7	Federação da Agricultura do DF - FAPE		Titular	Carlos Alberto de Oliveira Quaresma	-
			Suplente		-
8	Federação de comércio do DF - FECOMÉRCIO		Titular	Célio Ferreira de Paiva	F
			Suplente	-	
9	Federação das Indústrias do DF - FIBRA		Titular	-	
			Suplente	Leila Daniella Rodrigues Ferreira	P
10	Instituto de Fiscalização e Controle - IFC		Titular	Laura Karoliny Nogueira	P
			Suplente	Calebe de Mello Cerqueira	-
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB – DF		Titular	Thiago Holanda Barbosa	P
			Suplente	Elise Eleonore de Brites	-
12	Observatório Social de Brasília - OS Brasília		Titular	Luis Fernando Ferreira Costa	P
			Suplente	Flávia Lemos Sampaio Xavier	-
PRESENTE (P)					9
Faltas Injustificadas (FI)					2
Faltas Justificadas (FJ)					-

Observação: as presenças são contabilizadas por instituição.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Reunião e encaminhamentos

A reunião iniciou com as palavras do presidente do CTCS e representante da Agenda 21, Cícero Roberto de Melo, dando boas-vindas a todos os presentes, em especial ao Secretário de Economia do Distrito Federal.

As reuniões estão sendo transmitidas pelo canal da Controladoria Geral do DF e serão mediadas pelo conselheiro Guilherme Alves Carvalho, representante do DF em Movimento

1. Informações sobre convite feito ao Sr. Secretário de Economia;

O secretário de economia, André Clemente, esteve presente com 2 assessoras, Cordélia Cerqueira e Vânia Nascimento, na reunião do CTCS. Houve as saudações iniciais antes do início da discussão sobre as preocupações do CTCS para a implementação e a criação de novos empregos no Distrito Federal.

O secretário falou sobre a preparação da secretaria assim que assumiu o governo para tornar o DF um lugar mais competitivo e eficiente economicamente. Ninguém previa a pandemia de COVID 2019, o que dificultou um pouco, mas a secretaria mesmo assim conseguiu aumentar a arrecadação tributária, a atração e a expansão de grandes empresas para aquecer a economia do DF. Além disso houve a reposição de servidores do Estado, já que a população aumentou e os órgãos estavam com sua força de trabalho com deficiência.

O secretário também falou sobre o novo REFIS, que em época de crise conseguiu negociar com empresas sem saúde financeira para que essas continuassem as suas atividades.

O conselheiro Jucemar Imperatori, representante do CORECON, perguntou sobre as cidades inteligentes e como esse projeto está em andamento aqui em Brasília. Quais seriam as ações efetivas no uso dessas tecnologias para melhorar a qualidade de vida da população e uma maior eficiência nos gastos públicos?

O Secretário falou sobre a digitalização dos processos, que é uma das orientações da secretaria de economia para todos os órgãos do DF. Além disso houve a criação de aplicativos e sites para facilitar o uso para o cidadão e para o Estado. Uma alternativa foi o convênio feito com o ministério da economia que integra os sistemas de informação que esses órgãos possuem.

No segundo tópico, o secretário anunciou um pacote de medidas e ações para aqueles setores que sofreram um grande impacto na pandemia. Com essas medidas eles terão uma folga financeira para continuar suas atividades. Essa é uma forma de girar a economia não só com ações de transferência de renda, como também com o pagamento de dívidas e isenções.

O secretário Luís Fernando Costa questionou os REFIS, visto que muitos empresários utilizam desse mecanismo para não pagar os impostos devidos. Essa atitude acaba gerando uma certa injustiça social, visto que há mecanismos para perdoar dívidas de uns e não



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

existem outras medidas para ajudar outros. Como a secretaria está pensando em não cair nessa forma de injustiça social?

O secretário informou que há o empenho para a análise dessas estratégias. Uma parte da secretaria de econômica têm estudado esses impactos, e isso também foi feito com o novo REFIS. Com isso, evita o risco de inadimplência e incentiva a educação fiscal da população e dos empresários.

O conselheiro Guilherme primeiramente parabenizou o auxílio emergencial que o GDF está dando e que tem ajudado várias famílias a sobreviverem. Além disso, o conselheiro chamou a atenção para que o governo olhe com cuidado outros setores para que eles consigam se recuperar ao invés de acabar. O conselheiro falou principalmente sobre os pequenos empreendedores e o setor de eventos. Guilherme também falou sobre a tributação dos aplicativos e o incentivo para o cooperativismo.

O secretario falou sobre a preocupação que o governo tem com esses setores. Ainda tem muito o que fazer, mas ele garante atenção para esses setores.

A conselheira Laura perguntou sobre o esvaziamento de lojas, empresas de transporte e a diminuição de pessoas no comércio e nos restaurantes. Com o home office, como movimentar a economia que vem com as circulações das pessoas? Como gerar emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho?

O secretario falou sobre as pesquisas feitas pelo CODEPLAN para entender e mapear as prioridades da população. Além disso, é necessário dar uma condição social digna para a população e depois dar oportunidades de emprego. Ele reforçou as medidas que serão lançadas como forma de incentivar segurança jurídica, mão de obra capacitada e carga tributária ajustada.

O presidente Cícero fez uma pergunta sobre como a secretaria está lidando com a política do contencioso do Distrito Federal.

Primeiramente o secretario falou sobre melhorar a análise tributária e o melhoramento dos canais de comunicação da secretaria de economia. Há a intenção também de agilizar os processos com a tecnologia, que também ajudaria a evitar cobranças atrasadas e sonegações.

O secretario deixou claro que está à disposição do setor cultural e tem voltado isso para reformas e recuperações de espaços culturais. O secretário também reforça que o “Natal iluminado” foi uma iniciativa para movimentar o setor cultural e chegou a contratar mais de 450 pessoas do setor. Além disso André Clemente fala sobre a constante preocupação por parte do setor cultural de utilizar recursos remanescentes ao invés de utilizar os recursos que estão sendo disponibilizados pela secretaria de cultura.

O conselheiro Guilherme falou sobre toda a cadeia econômica que o setor artístico movimenta. Ele deixou claro que não são os artistas que não gastaram o dinheiro



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

disponibilizado. Se o GDF tivesse liberado toda a verba que em teoria foi destinada à cultura, a demanda de artistas e projetos culturais não teria sido atendida. O número de cadastros de entes e agentes culturais aumentou e por consequência a demanda dos editais também. A necessidade de ter arte e cultura para a população na pandemia e toda uma cadeia produtiva necessita do saldo remanescente. E mais uma vez o conselheiro deixou claro que não foram os artistas que deixaram de gastar, e sim o GDF que não liberou o recurso. O conselheiro também deixou claro que está a disposição para reuniões com o setor cultural, o governador, a secretaria de cultura e a secretaria de economia.

O secretário pediu sugestões de onde utilizar o saldo remanescente que foi abordado pelo conselheiro.

Guilherme falou que na Lei Orgânica de Cultura (LOC) existem diversas diretrizes que podem ser utilizadas para a criação de editais. Além disso ele fala sobre a criação de produtos para estarem no mercado quando o setor cultural voltar ao normal.

O secretário está disposto a discutir sobre o setor cultural e liberar emendas, mas é necessário que o problema de operacionalização do FAC está em defasagem. O secretário pede que o setor se organize e leve as demandas para o secretário de cultura. Com isso o governo e o setor cultural poderão conversar sobre uma forma de achar um meio termo para os dois.

O presidente Cícero falou sobre as propostas de reformas tributárias que estão em andamento no congresso e perguntou qual seria o impacto delas no DF.

O secretário falou que não acredita que a reforma tributária vai sair nesse momento. Ele não tem como prioridade se preocupar com isso agora por ter outras demandas, inclusive a pandemia, para lidar. Além disso falou que em breve apenas o setor público não vai conseguir manter a população do DF, então há a preocupação de trazer outros setores e empresas para gerar novas matrizes econômicas.

O presidente agradeceu a presença do secretário de economia e por proporcionar um debate de qualidade entre o Estado e a sociedade civil.

O secretário André Clemente também agradeceu pelo convite e parabeniza o CTCS pelo trabalho.

2. Aprovação da memória da 2ª Reunião Extraordinária de 2021

A memória foi aprovada por unanimidade.

3. Realização de Requerimento direcionado à CGDF e a SES sobre e-mail recebido, com representação da empresa NUTROMI – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral LTDA, discutido em última reunião;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

O presidente do CTCS sugeriu de apresentar a minuta de ofício e, caso seja aprovada, a secretaria executiva poderá dar seguimento ao processo.

O texto foi lido e aprovado por unanimidade. O ofício será enviado para a empresa demandante.

Além disso, haverá um único documento para a CGDF e uma cópia será enviada para a secretaria de saúde que será feito via SEI.

4. Lei n. 983/2020 de Criação do Parque Ecológico Mangueiral e preservação do perímetro de segurança dos presídios;

O conselheiro Guilherme introduziu o tema falando sobre a importância de preservação do parque jardim mangueiral tanto por motivos de segurança pública como também por motivos de preservação ambiental. A lei tramitou na câmara e foi vetada pelo governador Ibaneis Rocha. Se trata de uma área entre o bairro do Mangueiral e o complexo de presídios tanto da papuda quanto o de alta periculosidade.

Havia desde o início uma proposta de ter uma área verde, como também a necessidade de UPAs, UBSs, escolas e outros aparatos públicos para a região. Sem motivo aparente, houve uma rápida tramitação para que houvesse também uma expansão do bairro invadindo áreas verdes e se aproximando dos complexos presidiários, o que pode causar um problema de segurança pública. Além disso, a área é extremamente importante para a criação de um corredor ecológico que preservaria a fauna, a flora e bacias hidrográficas que abastecem todo o resto do Distrito Federal.

O Conselheiro pede para que o CTCS envie um documento para a CGDF falando sobre o assunto e sugerindo que os estudos de construção nessa área sejam interrompidos.

O conselheiro Jucemar fala sobre a sua preocupação em relação a expansão de habitações. Comentou sobre o desejo do Governo de sempre expandir as áreas e não em utilizar essas áreas de maneira inteligente. Ele acredita que a judicialização é o único caminho para barrar essa situação.

A conselheira Laura também acredita que não consegue ver outra forma além da judicialização desse caso. Sugere que o CTCS se aproprie do tema e se possível tenha já na próxima reunião representantes da secretaria de meio ambiente, da adasa e de outros



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

órgãos que podem ajudar no esclarecimento do tema e na mobilização da população sobre o assunto.

O conselheiro Jucemar sugeriu de solicitar os estudos que a terracap fez em relação a área para que os membros do CTCS possam se inteirar sobre o tema e ver a qualidade do estudo. Depois disso poderiam chamar os representantes desses outros órgãos.

Guilherme deixou claro que na verdade não houve esses estudos para a implementação nem do bairro do mangueiral, ou seja, não respeitaram as diretrizes e a lei para fazer o bairro.

Fica como encaminhamento fazer o requerimento para o controlador como também fazer um convite para um representante da CODHAB estar presente na próxima reunião. O conselheiro Guilherme fica responsável por elaborar esses dois documentos.

5. Avisos Gerais;

Houve um encaminhamento de que depois do anúncio das medidas faladas pelo secretário de economia, o conselheiro Guilherme fica responsável por ver se o requerimento relacionado ao FAC e ao setor cultural ainda é necessário.

A secretária Loyane informou que na próxima reunião está agendada a apresentação da nova ouvidora, Cecília Fonseca.

Além disso é importante que o CTCS delibere sobre a perca do assento da FAPE, que não tem comparecido às reuniões.

Jucemar também lembrou sobre a deliberação da data para o treinamento do uso do portal da transparência.

O Presidente Cicero agradece a presença de todos, com isso, a 3ª reunião ordinária do Controle de Transparência e Controle Social do ano de 2021 se encerrou as 18:30